



**BIJAGÓS:
PATRIMÓNIO
ARQUITETÓNICO**

BIJAGÓS: PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

DUARTE PAPE
RODRIGO REBELO DE ANDRADE
FOTOGRAFIA DE FRANCISCO NOGUEIRA

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
M M X V I

ESTA EDIÇÃO FOI ELABORADA NO ÂMBITO DE UM PROJETO COM O FINANCIAMENTO DE:



E A EXECUÇÃO DE:



República da Guiné-Bissau

Esta publicação foi elaborada no âmbito do projeto «Bijagós, Bemba di Vida! Ação cívica para o resgate e valorização de um património da humanidade», DCI-NSAPVD/2012/290-561, implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e pela Tiniguena – Esta Terra é Nossa!, com o cofinanciamento da União Europeia e do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, I.P.).

Os conteúdos e opiniões expressos nesta obra são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não podem, em caso algum, ser tomados como expressão das posições do IMVF, da Tiniguena, da União Europeia ou do Camões, I.P.

© 2016, Duarte Pape, Rodrigo Rebelo de Andrade e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6-A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Bijagós — Património Arquitetónico*
Autores: Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade
Fotografia: © Francisco Nogueira
Revisão: Tinta-da-china
Capa e composição: Tinta-da-china (P. Serpa)

1.ª edição: Maio de 2016

ISBN: 978-989-671-338-6
DEPÓSITO LEGAL n.º 414069/16

ÍNDICE

10	PREFÁCIO	74	3. OS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS COLONIAIS
12	APRESENTAÇÃO	76	Bolama
14	1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E URBANÍSTICO	138	Bubaque
16	A origem e as primeiras descrições do Arquipélago dos Bijagós	154	Canhabaque
19	A relação do arquipélago com os espaços de expansão colonial portuguesa na África subsariana	160	Formosa
21	A evolução urbanística de Bolama desde o século XVIII ao século XX	166	Uno
34	Bolama no século XXI e o seu valor patrimonial	170	Galinhas
44	Evolução urbanística de Bubaque	174	Sogá
54	Bubaque no século XXI	178	4. CONSIDERAÇÕES FINAIS
56	2. O ESPAÇO TRADICIONAL BIJAGÓ E O ESPAÇO COLONIAL	184	CRONOLOGIA
62	A estrutura interna da tabanca	186	NOTAS
64	A organização dos edifícios	188	BIBLIOGRAFIA
72	Coexistência entre o espaço bijagó e o espaço colonial	190	NOTAS BIOGRÁFICAS



VISTA SOBRE PRAIA DA ILHA DE BUBAQUE

PREFÁCIO

É, certamente, em boa hora, que chega ao grande público um importante repositório acerca do Património urbanístico e arquitetónico colonial do Arquipélago dos Bijagós, na medida em que se trata de dar a conhecer uma realidade cultural assaz rica e diversificada — até aqui pouco ou mal conhecida, senão mesmo desconhecida —, na qual se revela, legitimamente, essoutra grandeza e especificidade arquipelágica dos Bijagós, desta feita, com uma obra temática e atinente a um legado específico, de Memória e de História ímpares.

Efetivamente, o Arquipélago dos Bijagós é, também, para além dos lugares-comuns, uma realidade viva e palpável, seja pela imensidão cultural que o povo bijagó representa, seja ainda pela insuspeita importância do seu património urbanístico e arquitetónico colonial, este último descrito e mostrado, nesta obra, com particular sensibilidade e minúcia, quer pela via de eloquentes narrativas textuais, quer pela mostra de sugestiva e variada iconografia, denotando assim, uns e outros, um aturado labor de pesquisa cujas incidências, curiosamente, discorrem do histórico ao cultural, do antropológico ao sociológico e, obviamente, do urbanístico ao arquitetónico.

Ocorre que, no contexto da conquista colonial da Guiné-Bissau, o Arquipélago dos Bijagós foi, pela sageza e tenacidade dos bijagós, o último reduto de resistência africana. Este facto, aparentemente banal, acabou por condicionar sobremaneira os traçados urbanísticos e as edificações respetivas, na medida em que a tenaz resistência dos bijagós, aqui já referida, foi aqui e acolá o fator-chave que

foi determinando o ritmo e a intensidade de surgimento de novas urbes e correspondentes edificações. Curiosamente, sem que nelas as guerras de conquista tivessem afetado a adoção de altos critérios vanguardistas da época (tanto em matéria de conceção urbanística, como nas técnicas de construção e seleção dos materiais usados e ainda, sobretudo, quanto à variedade de estilos artísticos de construção adotados, por vezes, numa mesma edificação).

Com efeito, é disso tudo que, cumulativamente, esta obra é reveladora, ressaltando-se nítido nela, por um lado, a preocupação em conferir-se, tanto quanto possível, uma explicação plausível e consistente acerca da funcionalidade dos traçados urbanísticos — tanto na perspectiva da sua territorialização contextual (edificações incluídas) como no atinente à preocupação de fazer vir ao de cima informações acerca dos estilos neles usados (estilo neoclássico revivalista, estilo Deco, estilo arquitetura clássica, estilo art-déco, etc.) —, para além ainda de informações complementares relativas ao estado atual da sua conservação e perspectivas de evolução, destacando-se, de tal forma, em todo este exercício, o intenso labor heurístico que caracteriza globalmente a obra e, concomitantemente, o alto potencial simbólico das correlações, sempre possíveis de estabelecer, entre as peças iconográficas que enquadram as narrativas, por um lado, e as realidades socio-culturais subjacentes, por outro.

Na realidade, desfaz-se assim, com o enunciado e o conteúdo desta obra, o cristalizado lugar-comum, segundo o qual, em certo sentido, o Arquipélago dos Bijagós, pela sua des-

lumbrante beleza natural, é tão-somente um local remoto, paradisíaco, situado algures no Atlântico, quiçá, marginal mesmo no contexto do pós-independência — e cuja função deveria assentar apenas e só na indústria do turismo. Esta é, feliz ou infelizmente, a visão dominante. Como quer que seja, é dado assente o facto de o Arquipélago dos Bijagós possuir, paralelamente às condições turísticas, um manancial cultural e natural inesgotável, como o património urbanístico e arquitetónico colonial, de resto, o objeto de estudo da presente obra que, legitimamente, representa uma contribuição sem precedentes para que o próprio turismo do Arquipélago venha a ser mais ecológico e mais atrativo, mormente com a introdução de outras dimensões como sejam a do turismo cultural, científico ou o próprio ecoturismo.

E esse «disso tudo» que retrata a presente obra, não é senão o património histórico vivo que constitui o objeto de estudo e abordagem

desta obra que, por sinal, interpela os que no seu legado se revêm — certamente portugueses, certamente guineenses —, não apenas porque é necessário o seu melhor conhecimento (estudos, promoção e divulgação) preservação ou restauro —, mas porque é imperativo que a sua patrimonialização, por uns e outros, seja devidamente procedida de uma inequívoca apropriação histórica, em ordem à necessária catalisação da catarse coletiva que se impõe entre povos outrora colonizadores e colonizados, mas que hoje procuram juntos, a justo título, enquadrar, valorizar e preservar uma rica herança comum.

LEOPOLDO AMADO

*Diretor do Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisa (INEP) — Guiné-Bissau
Bissau, Março de 2016*

APRESENTAÇÃO

Os estudos sobre a história e arquitetura do urbanismo nas antigas colónias portuguesas em África têm sido marcados por décadas de enorme progresso e produtividade. Passado o período pós-independência das antigas colónias (1974/75 até cerca de 1990), começaram a ser desenvolvidos diversos trabalhos que contribuíram de forma inequívoca para um conhecimento aprofundado dos diferentes contextos, épocas e materializações da arquitetura e do urbanismo na chamada «África Portuguesa».

No âmbito de iniciativas particulares e institucionais, publicaram-se vários livros e artigos e organizaram-se muitos colóquios dedicados à preservação do património histórico.

No que diz respeito à Guiné-Bissau, têm sido elaborados alguns estudos no âmbito do projeto *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*, da Fundação Calouste Gulbenkian, que dedica um volume à África subsariana, bem como outros desenvolvidos no meio académico, destacando-se o trabalho sobre os processos de ocupação e urbanização da Guiné portuguesa no período do Estado Novo, com coordenação e autoria da arquiteta Ana Vaz Milheiro.

Todavia, é ainda bastante escasso o conhecimento acerca do Arquipélago dos Bijagós, sobre o qual a investigação pouco avançou — a informação é de difícil acesso e não está sistematizada. Isto deve-se, em parte, ao facto de a produção arquitetónica deste arquipélago ser menos vasta quando comparada com outras zonas da Guiné-Bissau, mas também ao facto de muita informação ter

desaparecido, em consequência dos períodos de instabilidade política vividos ao longo de décadas.

Também por esta razão as iniciativas de investigação têm-se focado sobre os aspetos antropológicos e sociais do arquipélago, encontrando-se pouca informação no que respeita às questões arquitetónicas e urbanísticas. Torna-se, deste modo, evidente, que o Arquipélago dos Bijagós constitui um objeto de estudo com enorme potencial de conhecimento e descoberta.

É neste âmbito que surge o projeto «Bijagós, Bemba di Vida! Ação cívica para o resgate e valorização de um património da humanidade», uma parceria do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e da organização não-governamental guineense Timiguena, financiado pela Comissão Europeia. Este estudo insere-se no projeto de conservação dos recursos naturais e de desenvolvimento socioeconómico numa das zonas centrais da Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB): as Ilhas Urok.

O livro *Bijagós — Património Arquitetónico* apresenta a sua herança arquitetónica inspirada nos três momentos fundamentais da cultura bijagó: o passado, através da compreensão dos contextos, dos enquadramentos e das suas influências em comparação com outros patrimónios guineenses e coloniais; o presente, por meio do registo fotográfico do património existente, frisando que, por detrás de um encantamento natural e paisagístico, subsiste um ambiente construído com grande potencial para a afirmação da

região; e por fim, o momento futuro, pela valorização e salvaguarda que procuramos assegurar.

Ao longo de quatro capítulos, apresentamos a cronologia da ocupação do território no arquipélago, as suas origens e primeiras descrições, os principais núcleos urbanos e a relação do povo bijagó com os processos de colonização a que esteve sujeito. Apresentamos ainda um roteiro pelo edificado das várias ilhas, mostrando a riqueza de tipologias e tempos de construção com diferentes linguagens e influências, quer no contexto colonial, quer no contexto bijagó e tradicional, através das tabancas.

Esta publicação apresenta assim uma herança de enorme relevância, que concorreu sem dúvida para a afirmação de uma identidade própria no arquipélago, não se limitando a uma réplica de modelos coloniais estudados e testados noutros territórios. Entendemo-la como um importante primeiro passo para assegurar a preservação do património existente e contribuir para a revitalização do Arquipélago dos Bijagós.

DUARTE PAPE
RODRIGO REBELO DE ANDRADE

1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E URBANÍSTICO



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



VISTA PANORÂMICA SOBRE A ANTIGA PRAÇA SOUSA GUERRA

Percorrido este caminho, há que dar destaque à qualidade patrimonial do arquipélago, quer na sua dimensão paisagística, quer na dimensão urbanística. A mistura de procedimentos de matriz colonial e de matriz tradicional bijagó resulta num conjunto arquitetónico de enorme interesse e singularidade.

Analisando os vários aspetos apresentados neste livro, podemos destacar a mestria dos vários espaços edificados, que denotam um amplo equilíbrio e entendimento entre o estabelecimento do espaço urbano e um meio envolvente único e de extrema beleza natural. Se é certo que revelam um *modus operandi* pragmático e empírico, patente em diversos territórios de influência portuguesa além-mar, o caso concreto do Arquipélago dos Bijagós revela-se como um expoente da temática da cidade-paisagem. Para além da clara dimensão estética de muitas das praças, monumentos e edifícios, o resultado material é paradigmático da duração da intervenção colonial, bem como da diversidade de tipologias, escalas e épocas de origem portuguesa na África subsaariana. O resultado material no arquipélago, traduzido num conjunto de edifícios implantados ao longo das ilhas, obedeceu a tipologias e influências partilhadas não só entre as ilhas do arquipélago, mas também com outras regiões da Guiné-Bissau, com outras ex-colónias portuguesas, ou com Portugal continental e insular.

Neste contexto, podemos referir como exemplo mais notável a Ilha de Bolama, onde se concentra grande parte da história arquitetónica do arquipélago. Os princípios urbanos expressos nos planos do início do século xx,

da autoria do Engenheiro José Quinhones, promulgaram conceitos urbanísticos vanguardistas à época, que imprimiram na cidade características específicas da urbe portuguesa, mas com traços comuns e de igual valor quando comparada com outras cidades insulares ultramarinas de dimensão equivalente, como sucede em Santo António, na Ilha do Príncipe, ou na cidade de Mindelo, em Cabo Verde. Ao observar os edifícios de maior relevância – como a Câmara Municipal, a Alfândega, o antigo Hospital Militar e Civil, a antiga sede do B.N.U., o Cine-Bolama ou o Palácio do Governador – com grande variedade programática podemos constatar a riqueza de épocas e estilos arquitetónicos condensados numa única ilha: desde os revivalismos da arquitetura oitocentista nos finais de xix aos edifícios que revelam o impulso da era industrial com novos materiais como o betão armado ou o ferro de inícios do século xx.

A Ilha de Bubaque, por sua vez, conserva no seu conjunto edificado um cruzamento de domínios territoriais sobre esta ilha. Estes variam entre o período colonial – patente no Palácio do Governador, na escola primária ou na antiga fábrica alemã –, o domínio bijagó – presente nos assentamentos das tabancas e no seu zonamento de matriz tradicional –, ou ainda no domínio guineense do período pós-independência – apresentado em obras pós-modernas como a antiga casa de Luís Cabral. Numa análise global, todas estas influências conferem uma imagem híbrida à ilha, que sintetiza as diferentes «soberanias» a que o arquipélago esteve ou está sujeito.



Nas restantes ilhas do arquipélago encontramos uma presença portuguesa tímida e pontual, com recurso a tipologias conhecidas e testadas em vários contextos guineenses e lusófonos, mas onde cada um dos edifícios tem uma especificidade e variação em relação a outra construção da mesma estirpe. A influência portuguesa é manifestada sobretudo em edifícios remotos e praticamente inacessíveis – como postos administrativos, postos sanitários e antigas casas comerciais (hoje desaparecidas).

Podemos, assim, afirmar que a relevância deste património se verifica sobretudo na sua agregação, onde cada unidade, seja ilha, sítio, edifício ou monumento imprime características únicas a este conjunto extraordinário. A perda de uma das suas unidades, seja um posto administrativo ou um pequeno edifício de habitação, representará uma perda para a história e identidade do arquipélago.

O Arquipélago dos Bijagós é um território de características únicas, sensíveis e em risco. Trata-se do local onde o povo bijagó se refugiou e se desenvolveu, dando origem a uma cultura autóctone, mas onde o impacto da globalização e do desenvolvimento tem contribuído para algumas transformações da cultura local, quer nas formas de ocupação do território, quer na degradação do seu espaço construído. Por sua vez, a proximidade temporal ao período colonial, e o facto de se tratar

de um património desconhecido têm levado a uma depreciação e conseqüente esquecimento — tanto dos seus espaços naturais como dos construídos. É, portanto, um património frágil, ameaçado e em vias de extinção, que, estando recôndito do mundo, merece agora ser descoberto e valorizado por ele.

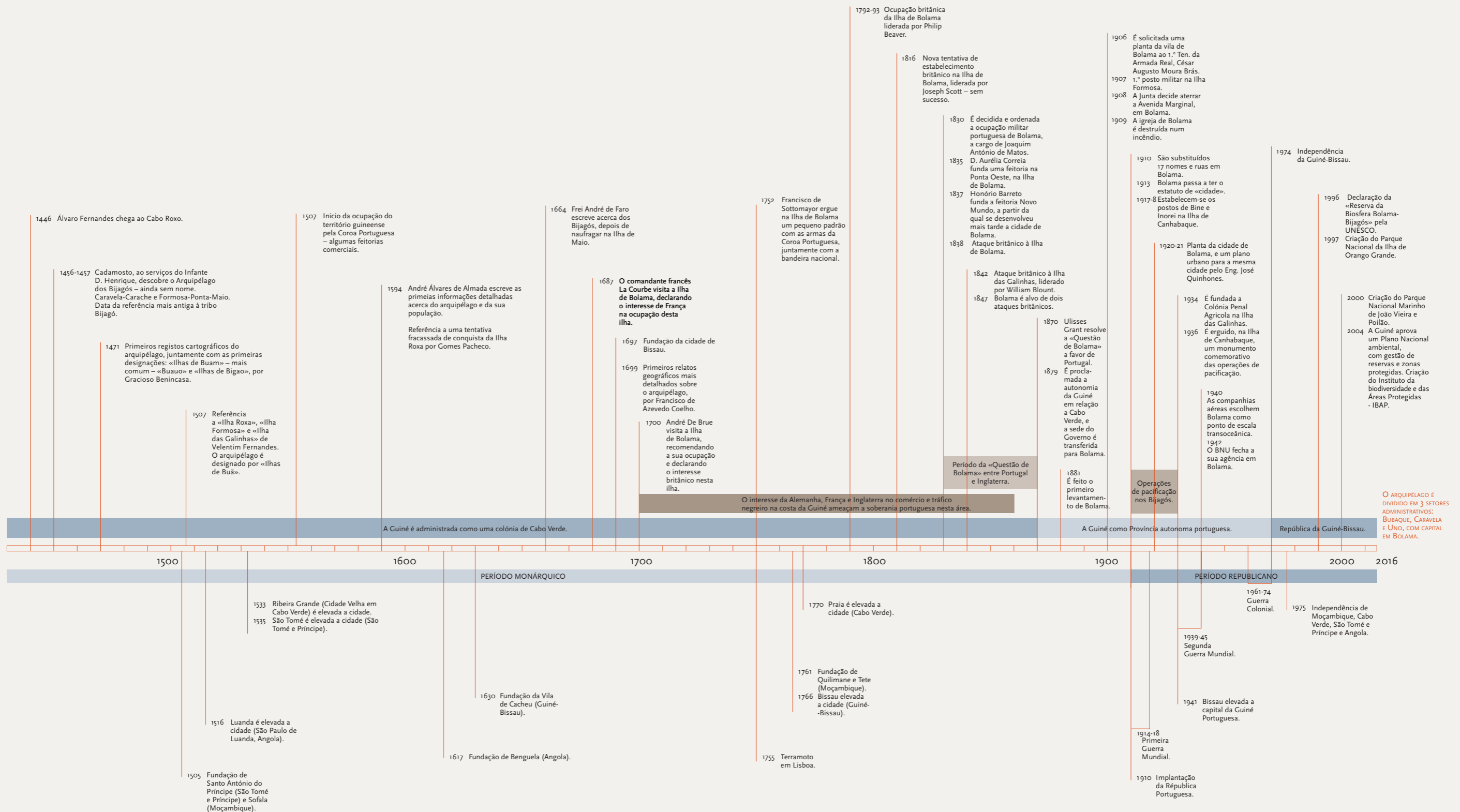
Apesar da classificação do arquipélago como «Reserva da Biosfera da UNESCO», não existe ainda um reconhecimento pelas instituições internacionais dos lugares, dos edifícios e dos monumentos das ilhas, nem tão-pouco dos costumes, das danças ou dos rituais tradicionais. Para tal, urge um processo de classificação nacional, com conseqüentes medidas de proteção e de salvaguarda, que promova a recuperação deste conjunto edificado – que, além do mais, possui, em cada ilha e em cada edifício, enormes potencialidades turísticas e culturais.

O Arquipélago dos Bijagós não pode ser visto como um local remoto e de um passado longínquo, mas sim como espaço de futuro próspero para a cultura local. Trata-se de um santuário cultural que deve ser preservado se não queremos lesar gravemente o legado e memória do seu povo e da Guiné-Bissau. É neste sentido que esperamos contribuir, com esta obra, para o reconhecimento e divulgação do património construído e da cultura bijagó. Como nos ensina a cultura local, património é só um: passado, presente e futuro.



FAROL NO CANAL DE PEDRO ÁLVARES

CRONOLOGIA



O ARQUIPÉLAGO É DIVIDIDO EM 3 SETORES ADMINISTRATIVOS: BUBAQUE, CARAVELA E ÚNO, COM CAPITAL EM BOLAMA.

NOTAS

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E URBANÍSTICO

1. Etnia oriunda da Costa Alta da Guiné, Senegal e Gâmbia.
2. George E. Brooks, *Bolama As a Prospective Site for American Colonization in the 1820's and 1830's*, Boletim Cultural da Guiné Portuguesa / Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1973.
3. Coelho, Francisco de Lemos, *Duas descrições seiscentistas da Guiné*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1953.
4. Almada, André Álvares de, 1964, *Tratado breve dos rios de Guiné e do Cabo Verde*, Lisboa: Ed. L.I.A.M.
5. Idem.
6. Idem.
7. Labat Jean Baptiste (1728), *Nouvelle relation de l'Afrique occidentale*. Paris: Guillaume Cavalier.
8. Fernandes, José Manuel (2015), *Luso Africana: arquitectura e urbanismo na África portuguesa*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
9. Freudenthal, Aida, José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro (2006), *Angola no século XIX: cidades, territórios e arquiteturas*, Mem Martins, s.n.
10. AAVV (2006), *Moçambique 1875-1975, cidades, territórios e arquiteturas*, Lisboa, Maria de Lurdes Serra.
11. Segundo Luigi Scantamburlo (1991), *Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
12. Moreira, José Mendes (1946), «Breve Ensaio Etnográfico acerca dos Bijagós». Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.
13. Teague, Michael (1958), *Bulama in the 18th Century*, Boletim Cultural da Guiné Portuguesa / Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
14. Barreto, João (1938), *História da Guiné, 1418-1918*, Lisboa: edição de autor.
15. Duarte, Fausto (1946), *E assim nasceram as villas e cidades*, Imprensa Nacional da Guiné.
16. Idem.
17. Barreto, João, *op. cit.*
18. Brooks, George E. (1973), «Bolama as a Prospective Site for American Colonization in the 1820's and 1830's», Bissau: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.
19. Em 21 maio de 1870 é decretada por Ulysses Grant, presidente dos Estados Unidos da América, a posse de Bolama a favor de Portugal.
20. Duarte, Fausto, *op. cit.*
21. Algumas fontes referem 1881 como ano de lançamento da primeira pedra; outras, como o *Anuário da Guiné Portuguesa*, referem as datas de 1886 e 1890.
22. Casas de sobrado: construções de dois pisos, com comércio no piso térreo e habitação, ou casa de rendimento, no piso superior.
23. Como o plano para a Nova Cidade de Bissau, também da autoria do engenheiro José Guedes Quinhones; Guiné Por-

tuguesa, Repartição do Fomento, Direção de Agrimensura, 1919 (Arquivo Histórico Ultramarino).

24. *City Beautiful Movement* foi uma reforma arquitetónica americana, iniciada em finais de oitocentos (1890-1900) com o objetivo de revitalizar os espaços públicos americanos, tornando a cidade mais emblemática e imperialista.
25. Conhece-se também o esboço, com desenho radial bem característico deste movimento. INEP. Em 1928, foi apresentado pelo engenheiro José Guedes Quinhones o projeto do monumento a Teixeira Pinto, que deveria ter lugar na praça Nuno Tristão.
26. Companhia aérea americana, que voava para Bolama nos famosos aviões Clipper.
27. Governador da Guiné portuguesa entre 1921 e 1926.
28. Governador à data da conceção do plano (1945-1950).
29. Organismo do Ministério das Colónias dedicado à execução de projetos de arquitetura e de urbanismo para os territórios coloniais. Desenvolveu inúmeros projetos para a Guiné, como por exemplo o Plano Geral de Urbanização para Teixeira Pinto (atual Cachungo), ou a Câmara Municipal de Bissau, a sede do PAIGC ou a Estação Meteorológica de Bissau.
30. Arquitetos responsáveis pelo Plano de Urbanização de Teixeira Pinto em 1951. O arquiteto João Aguiar assinou ainda a adaptação do Palácio do Governo em Bissau, no ano de 1945, e a intervenção na Igreja de Bafatá, em 1950.
31. Funcionou até 1974, embora com outras designações mas com o mesmo propósito, Gabinete de Urbanização do Ultramar (1951-1957), e Direção de Serviços de Urbanização e Habitação da Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (1957-1974).
32. Esta política está registada na obra *Ordenamento rural e urbano na «Guiné Portuguesa»*, de 1973 (edição da Agência Geral do Ultramar, com introdução por António de Spínola).

2. O ESPAÇO TRADICIONAL BIJAGÓ E O ESPAÇO COLONIAL

1. Como no Senegal, mas também em Cabo Verde, associada a outros contextos como festividades em Cabo Verde.
2. Rebocho, Nuno (2014), *Por dentro de África, Tabanka de salinero: Um ritual de Cabo Verde*, Lisboa: edição autor.
3. O temne (também conhecido como «themne» ou «timne») é uma língua da subfamília atlântica falada na Serra Leoa.
4. Baseiam-se na teoria da origem do mundo, onde Deus, após a criação da Ilha de Orango (mundo), criou um homem e sua mulher, de nome Akapakama. Estes tiveram quatro filhas a quem deram os nomes de Orakuma, Ominka, Ogubane e Oraga, as quatro linhagens bijagós. Posteriormente, surgiram os animais e as plantas. Os ogubanes têm uma relação privilegiada com o mar, com o gado e com algumas espécies de animais selvagens, como o hipopótamo; o clã dos omincas tem poder sobre a chuva;

os orácumas, sobre a terra; e os oragas, sobre o céu. (Eva Kipp (1994), *Guiné-Bissau, Aspectos da Vida de um Povo*, União Nacional de Artistas e Escritores, Editorial Inquérito, Mem Martins).

5. Onde o género não é o fator determinante mas sim a classe/ou categoria do indivíduo.
6. Salvo os ilhéus sagrados que, apesar de terem este estatuto, podem ser usados para fins agrícolas em determinados anos.
7. Como por exemplo o desrame das palmeiras nos campos de cultivo de arroz.

3. OS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS COLONIAIS

1. Nome dado aos postos administrativos após a independência.
2. A Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, Portos e Transportes desenvolvia inúmeros projetos na Guiné, como, por exemplo, o Liceu Nacional Honório Barreto, erguido entre 1961 e 1963.
3. Francisco Lemos Coelho era viajante e mercador, tendo-se deslocado inúmeras vezes ao arquipélago. Autor de *Duas descrições seiscentistas da Guiné*, Academia Portuguesa de História, 1953.
4. Beaver, Philip (1805), *African Memoranda: Relative to an Attempt to Establish a British Settlement on the Island of Bulama*.
5. Etnia da Zona Sul.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África. Mar Vermelho. Golfo Pérsico. Arquitectura e Urbanismo* (dir. José Mattoso; coord. do volume Filipe Themudo Barata e José Manuel Fernandes), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR ed. (1967), *Guiné: Pequena Monografia*, Lisboa.
- AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR ed. (1973), *Ordenamento rural e urbano na Guiné portuguesa*, Lisboa.
- ALFAMA, AISHA (2005), *Bolama 1879/1941. Contribuição para a sua análise histórica formal*, tese final de curso, FCTUC.
- ALMADA, ANDRÉ ÁLVARES DE (1964), *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde*, Lisboa, Editorial L.I.A.M.
- BARBOSA, ALEXANDRE (1967), *Guinéus: contos, narrativas e crónicas*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- BARCELLOS, CRISTIANO JOSÉ DE SENA (1899-1913), *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- BARRETO, JOÃO (1938), *História da Guiné 1418-1918*, Lisboa, Impr. Beleza.
- BERNATZIK, HUGO (1933), *Athiopien des Westens*, Wien, Verlag L. W. Seide.
- BERNATZIK, HUGO, Trad. Francisco Payarols (1959), *En el Rey no de los Bidiogo*, Barcelona, Editorial Labor.
- BLAZEJEWICZ, DOROTA (1981), *Arquitectura Tradicional da Guiné Bissau*, Estocolmo, Swedish International Development Authority.
- BROOKS, GEORGE E. (1973), *Bolama as a prospective site for American colonization in the 1820's and 1830's*, em «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. XXVIII, n.º 109, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, pp. 5-21.
- CAMPOS, FERNANDO SCHIAPPA (1970), *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- CARDOSO, ALBÉRICO DA SILVA dir. (1990), *Bijagós*, n.º 1, Lisboa, Air Bissau.
- CARDOSO, CARLOS coord. (1990), *Bolama entre a generosidade da natureza e a cobiça dos homens*, atas do «Colóquio Internacional: Bolama, caminho longe», Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- CARDOSO, P. (dir.) (2001), *Atlas da Lusofonia: Guiné Bissau*, vol. I, Lisboa.
- CARREIRA, ANTÓNIO (1947), *Mandingas da Guiné Portuguesa*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CARREIRA, ANTÓNIO (1983), *Panaria Cabo-Verdeano – Guineense: Aspectos Históricos e Sócio-económicos*, Cabo Verde, Instituto Cabo Verdiano do Livro.
- CASTRO, ARMANDO AUGUSTO GONÇALVES DE MORAES E (1925), *Anuário da Província da Guiné*, Bolama, Imprensa Nacional.
- CÓ, MEIO-DIA SEPA MARIA LÉ (1994), *Mudanças recentes da linha de costa e dos ecossistemas costeiros da Ilha de Bubaque*, Paris, Librairie Orientale de Ve Dondy-Dupré.
- SARDINHA, RAUL MANUEL DE ALBUQUERQUE (1965), *Primeiro relatório dos resultados da prospecção efectuada à Ilha de Bubaque*, in «Boletim cultural da Guiné Portuguesa», n.º 20 (74), Bissau.
- SCANTAMBURLO, LUIGI (1991), *Etnologia dos Bijagós na Ilha de Bubaque*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- SILVA, HÉLIA LAINS; INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO TROPICAL (1990), *Contribuição para uma bibliografia sobre arquitectura, silvicultura, pecuária e pesca da Guiné-Bissau*, Lisboa, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.
- SIMÕES, AFONSO dir. (1943-1968), *Arauto: Paróquia Missionária de Bolama*, Bolama, Paróquia Missionária de Bolama.
- TEAGUE, MICHAEL (1958), *Bolama no séc. XVIII*; em «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, vol. XIII, n.º 50.
- TEIXEIRA, A. J. DA SILVA (1962), *Os solos da Guiné portuguesa: carta geral, características, formação e utilização*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.
- TENREIRO, FRANCISCO (1958), *Bibliografia Geográfica da Guiné*; em «Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar», vol. II, n.º 1, Lisboa.
- UNIÃO NACIONAL DA GUINÉ ed., (1943), *Ano XVI da Revolução Nacional*, Bissau.
- VIEGAS, LUIS ANTÓNIO DE CARVALHO (1937), *Ilha de Canhabaque: Relatório das operações militares em 1935-36*, Bolama, Imprensa Nacional.
- VIEGAS, LUIZ ANTÓNIO CARVALHO (1940), *Guiné Portuguesa*, Lisboa, Severo, Freitas, Mega & Ca.
- ZURARA, GOMES EANES DE (1841), *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita por mandado de el Rei D. Afonso V, sob a direcção científica, e segundo as instruções do ilustre Infante D. Henrique*, Paris, Officina Typographica de Fain e Thunot.
- (Arquipélago dos Bijagós), Dissertação de Mestrado, Faro, Universidade do Algarve.
- COELHO, FRANCISCO LEMOS (1953), *Duas descrições setecentistas da Guiné*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- CORREIA, MANUEL GARDETE (1967), *Reconhecimento das áreas de «Glossinas» na Ilha de Bolama*, em «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», nffl 85-86 do Ano XXII, Bissau.
- DONELHA, ANDRÉ (1977), *Descrição da Serra Leoa e dos rios da Guiné e Cabo Verde: 1625*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- DUARTE, FAUSTO (1946), *E assim nasceram cidades e vilas: Bissau, Bolama, Bafatá, Farim, Cacheu, Catió*, Imprensa Nacional da Guiné.
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL (2005), *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL (2011), *África – Arquitectura e Urbanismo de matriz Portuguesa*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- FERNANDES, JOSÉ MANUEL (2015), *Luso-Africana: Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- GOMES, BERNARDINO ANTÓNIO (1878), *As explorações phyto-geographicas da África Tropical, e em especial as da Guiné inferior, or-denadas pelo governo portuguez e executadas pelo Dr. Friederich Welwitsch nos annos 1853 a 1861*, in «Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes», Lisboa.
- GOVERNO DA COLÓNIA DA GUINÉ PORTUGUESA ed. (1946), *Anuário da Guiné Portuguesa*, Bissau.
- GOVERNO DA COLÓNIA DA GUINÉ PORTUGUESA ed. (1948), *Anuário da Guiné Portuguesa*, Bissau.
- JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR ed. (1972), *Prospectiva do desenvolvimento económico e social da Guiné*, Lisboa.
- LABAT, JEAN BAPTISTE (1728), *Nouvelle relation de l'Afrique occidentale*. Paris: Guillaume Cavalier, Lisboa.
- LIMA, AUGUSTO J. SANTOS (1947), *Organização económica e social dos Bijagós*, Lisboa, Soc. Ind. de Tipografia.
- LOPES, ANTÓNIO DOS MÁRTIRES (1970), *A questão de Bolama: pendência entre Portugal e Inglaterra*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- MADEIRA, JOÃO PAULO CARVALHO E BRANCO (2009), *A gestão do espaço e da propriedade tradicional no Arquipélago dos Bijagós*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCSP.
- MAGALHÃES, J.R. (1998), «As Incursões no Espaço Africano», *História da Expansão Portuguesa* (dir. F. Bethencourt e K. Chaudhuri), vol. II, Lisboa, pp. 65-81.
- MATOS, A. T. (coord.) (2005), «A Colonização Atlântica», *Nova História da Expansão Portuguesa* (dir. J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, tomo 2, Lisboa.
- MENDY, PETER KARIBE (1992), *A conquista militar da Guiné: da resistência à pacificação do arquipélago dos bijagós, 1936-1937*; em «Soronda: Revista dos Estudos Guineenses», n.º 13, pp. 41-57.
- MOREIRA, JOSÉ MENDES (1946), *Breve ensaio etnográfico acerca dos Bijagós*, Bissau, sep. do «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», n.º 1.
- MOTA, ARMOR PIRES (1968), *Guiné: sol e sangue*, Braga, Editora Pax.
- MOTA, AVELINO TEIXEIRA DA (1974), *Actividade Marítima dos Bijagós nos sécs. XVI e XVII*, em Dias, António Jorge «Memórias», vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, pp. 243-277.
- MOTA, AVELINO TEIXEIRA DA (1989), *As viagens do bispo D. Frei Vitoriano Portuense à Guiné*, Lisboa, Alfa.
- MOTA, AVELINO TEIXEIRA DA (1948), *A Habitação indígena na Guiné Portuguesa*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- OLANIYAN, RICHARD ADEBOYE; UNIVERSITY MICROFILMS INTERNATIONAL (1969), *The Anglo-Portuguese dispute over Bulama: A study in British colonial policy, 1860-1870*, Michigan, University Microfilms International.
- OLIVEIRA, SANDRA (2009), *Educação para todos: Urok - Arquipélago de Bijagós – Guiné-Bissau*, Lisboa, IMVF e Tiniguena.
- PEREIRA, CARLOS (1914), *La Guinée Portugaise: Subsides pour son étude*, Lisboa, III^{ème} Congrès International d'Agriculture Tropicale.
- PERES, DAMIÃO (1992), *Os mais antigos roteiros da Guiné: publicados com notícia explicativa*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- PORTAS, NUNO (2005), «Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas», *Os Tempos das Formas. A cidade feita e refeita*, vol. I, Guimarães, Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho.
- REPÚBLICA PORTUGUESA, MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS (1937), *Exposição Histórica da Ocupação no séc. XIX – Principais Factos da Ocupação Ultramarina: Ocupações militares da Guiné, Angola, Moçambique, da Índia e de Timor*, Lisboa, Ática.
- REPÚBLICA PORTUGUESA ed. (1973), *Projecto do IV Plano de Fomento: Tomo II (Cabo Verde-Guiné-S. Tomé-Angola)*, pp. 115,116,130,131.
- RIBEIRO, ANTÓNIO A. FERREIRA (1885), *Residência de Bolama do Dr. João H. Pereira Simões, Chefe do Serviço de Saúde da Guiné Portuguesa*; em «As Colónias Portuguesas», n.º 7.
- RIBEIRO, ORLANDO (2010), *Cadernos de campo: Guiné*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus Lda.
- ROSSA, WALTER (2002), *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina.
- SAID, ABILIO RACHID E ALEXANDRE ABREU (2011), *A Economia Local da Área Marinha Protegida da Comunidade de Urok: Dinâmicas, Constrangimentos e Potencialidades*, Lisboa, IMVF.
- SANTARÉM, LE VISCONDE DE (1842), *Recherches sur la Priorite de la découvert des pays situés sur la cote occidentale d'afrique au*

NOTAS BIOGRÁFICAS

DUARTE PAPE (Lisboa, 1982) licenciou-se em Arquitetura pelo Instituto Superior Técnico, com trabalho final subordinado ao tema «Projeto urbano em Chelas». Expôs, no Festival Beyond Media, Florença, 2006, o trabalho «Roman theatres according to the rules of Vitruvio». Em 2007, iniciou a sua colaboração com o atelier Promontório Architecture, desenvolvendo projetos nas áreas de *retail*, turismo, habitação e lazer, desde as fases de *masterplan* até ao projeto de execução (2007-2010). Colaborou ainda com os escritórios CPU Retail Architects e SMRS arquitectos.

Em parceria, os autores fundaram o escritório de arquitetura PARALELO ZERO (2013) onde se dedicam ao estudo e intervenção no património de origem portuguesa em África. Desenvolvem atualmente projetos para Portugal, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. São autores das publicações *As Roças de São Tomé e Príncipe* (2013, Tinta-da-china); *São Tomé e Príncipe: Cidades, Territórios e Arquiteturas* (edição de autor) e *Arquitetura Sustentável em São Tomé e Príncipe* (2015, IST). Em 2011, criaram e comissariaram a exposição itinerante «Inventar(iar) as roças de São Tomé e Príncipe», integrada na Sexta Bienal de Arte e Cultura de São Tomé e Príncipe (Lisboa e Seixal, 2012). Em 2014 participaram na exposição «TANTO MAR – Arquitectos fora de Portugal» e integram o projeto «Ilha de São Jorge – Beyond Entropy» patente na Bienal de Veneza.

FRANCISCO NOGUEIRA (Lisboa, 1985) licenciou-se em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (2008). Foi bolsheiro do programa Erasmus em Barcelona, na ETSAV (2006) e bolsheiro do programa de estágios INOV Contacto no atelier Ventura Valcarce Arquitectos,

RODRIGO REBELO DE ANDRADE (Lisboa, 1981) licenciou-se em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, com tese final de curso subordinada ao tema «As Roças de São Tomé e Príncipe. O passado e o futuro de uma arquitetura de poder» (2008). Foi bolsheiro do programa Erasmus em Madrid, na ETSAM (Escuela Técnica Superior de Arquitetura), em 2007. Em 2008, iniciou a sua colaboração com o arquiteto Eduardo Souto Moura, desenvolvendo projetos nas áreas de habitação e turismo, desde as fases de estudo prévio até ao projeto de execução.

em Barcelona (2010). É fotógrafo autodidata, trabalhando profissionalmente desde o início de 2008. Desde final de 2010, dedica-se exclusivamente à fotografia de arquitetura, colaborando regularmente com ateliers e revistas de arquitetura em Portugal e no estrangeiro.

IMVF

O IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr, fundação criada em 1951, é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) que tem como principais áreas de trabalho a Cooperação e a Educação para o Desenvolvimento e como missão a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural. Atuamos em todo o espaço da CPLP, estando presentes desde 1998 na Guiné-Bissau. A nossa intervenção no país inclui projetos na área da Saúde, do Desenvolvimento Rural, da Segurança Alimentar, do Fortalecimento Institucional, das Infraestruturas, das Atividades Geradoras de Rendimento, da Assistência Técnica, do Ambiente e da Identidade Cultural. Privilegiamos o estabelecimento de parcerias com Organizações da Sociedade Civil guineense, procurando assegurar uma abordagem integrada, transversal e sustentável do processo de desenvolvimento.

TINIGUENA

A Tiniguena – Esta Terra é Nossa! é uma Organização Não Governamental guineense fundada a 5 de junho de 1991 cuja missão visa «promover um desenvolvimento participativo e durável, baseado na conservação dos recursos naturais e no exercício da cidadania». É a primeira ONG guineense especializada nas questões ambientais e do desenvolvimento participativo na base. Após 25 anos da sua criação, a Tiniguena tem sido precursora na descoberta e valorização de 12 sítios do património natural e cultural nacional, a maior parte deles hoje classificados como Áreas Protegidas, bem como a defesa de espaços e recursos naturais estratégicos para comunidades locais. É nesse contexto que participou na criação da Área Marinha Protegida Comunitária na Guiné-Bissau, AMPC Urok (Formosa, Nago e Chediã), no Arquipélago dos Bijagós, onde anima de forma ativa o processo de desenvolvimento durável.

PROJETO BIJAGÓS, BEMBA DI VIDA!

O projeto Bijagós, Bemba di Vida! Ação cívica para o resgate e valorização de um património da humanidade foi implementado pelo IMVF e pela Tiniguena no Arquipélago dos Bijagós, em particular nas Ilhas Urok (Formosa, Nago e Chediã), entre janeiro de 2013 e maio 2016. Cofinanciado pela União Europeia e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., teve por objetivos gerais contribuir para a maior apropriação, pelas comunidades locais, do processo de conservação e desenvolvimento durável da Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós (RBABB) e contribuir para a atração de investimentos sustentáveis para o arquipélago. Promovendo o desenvolvimento integrado e durável da região e do país, procurou-se, em específico, garantir a valorização do património ambiental, cultural e arquitetónico da região.

BIJAGÓS: PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

FOI COMPOSTO EM CARACTERES SCALA
E IMPRESSO PELA PRINTER PORTUGUESA
SOBRE PAPEL COUCHÉ DE 150 G
EM MAIO DE 2016